

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, 15 de fevereiro de 2012.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil					
ATIVO	2011	2010	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	2010
CIRCULANTE	1.674.665	1.541.471	CIRCULANTE	50.195	47.744
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	870.132	798.125	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 15f).....	4.409	3.145
Empréstimos e Adiantamento a Instituições de Crédito (Nota 6).....	-	718.671	Dividendos a Pagar (Nota 9c).....	45.663	44.523
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 7).....	775.011	-	Outras Obrigações	123	76
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15e).....	14.283	2.420			
Créditos Tributários (Nota 15c).....	14.668	22.250			
Valores a Receber	571	5	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.638.581	1.519.666
NÃO CIRCULANTE	14.111	25.939	Capital Social:		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	14.111	25.939	- De Domiciliados no País (Nota 9a)	1.028.459	1.028.459
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15e).....	347	-	Reservas de Lucros (Nota 9b).....	610.122	491.207
Créditos Tributários (Nota 15c).....	12.450	25.389			
Depósitos Judiciais.....	110	110			
Créditos Recebíveis (Nota 8a)	249.307	257.630			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 8a).....	(249.307)	(257.630)			
Outros Créditos	1.204	440			
TOTAL	1.688.776	1.567.410	TOTAL	1.688.776	1.567.410

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Eventos	Capital	Reservas de Lucros	Lucros		
	2011	2010		Social	Legal	Estatutária	Acumulados	
RECEITAS OPERACIONAIS	191.686	151.400	Saldos em 31.12.2009	1.028.459	29.828	367.455	-	1.425.742
Rendas de Créditos Recebíveis (Nota 8b)	14.681	13.620	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	94.825	94.825
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 10)	177.005	137.777	Destinações: - Reservas	-	4.741	89.183	(93.924)	-
Outras Receitas Operacionais.....	-	3	- Dividendos Propostos (R\$ 2,09 por lote de mil ações)	-	-	-	(901)	(901)
DESPESAS OPERACIONAIS	10.163	8.670						
Despesas Tributárias (Nota 11)	8.756	7.046	Saldos em 31.12.2010	1.028.459	34.569	456.638	-	1.519.666
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 12).....	779	1.617	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	120.056	120.056
Outras Despesas Operacionais (Nota 13).....	628	7	Destinações: - Reservas	-	6.003	112.912	(118.915)	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	181.523	142.730	- Dividendos Propostos (R\$ 2,65 por lote de mil ações)	-	-	-	(1.141)	(1.141)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15a)	(61.467)	(47.905)						
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	120.056	94.825	Saldos em 31.12.2011	1.028.459	40.572	569.550	-	1.638.581
Número de ações	430.311.119	430.311.119						
Lucro Líquido básico e diluído por lote de mil ações em R\$.....	279,00	220,36						

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	181.523	142.730
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(19.763)	(14.722)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.551)	(1.248)
Receita/Despesa de Juros.....	(11.212)	(13.474)
Lucro Líquido Ajustado	161.760	128.008
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros para Negociação	(56.340)	451.552
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....	(23.156)	(7.592)
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações	29	1.053
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(10.286)	(20.269)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	72.007	552.752
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	72.007	552.752
Início do Período.....	798.125	245.373
Fim do Período	870.132	798.125
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	72.007	552.752

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

1) INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi é uma companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil contratadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias. A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2012.

2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, sendo:

- Ativos financeiros mantidos para negociação, vide nota 7.
- Fundos de investimentos financeiros, vide nota 5.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme nota 4.

2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis foram preparadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação e estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.4) Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado subdividido em: mantidos para negociação e designados ao valor justo por meio de resultado; disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

I - Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

II - Ativos financeiros para negociação

Os ativos financeiros para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociar no curto prazo, ou que a Companhia mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em mantidos até o vencimento ou para negociação para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação, e são mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada no resultado abrangente é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento.

d) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo e que a Companhia não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

Os créditos e recebíveis, oriundos de operações de securitização, são inicialmente registrados ao seu custo de aquisição, sendo mantidos sem qualquer atualização. Por ocasião do recebimento de qualquer parcela dos créditos adquiridos, esta é deduzida do custo de aquisição até o limite do mesmo; e o eventual valor excedente é reconhecido como resultado de créditos e recebíveis na conta "Rendas de Créditos e Recebíveis".

Juros sobre empréstimos e recebíveis são incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil dos empréstimos e adiantamentos e é reconhecida na demonstração do resultado, como perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos.

2.5) Passivos financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado

São registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes passivos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros mantidos para negociação.

I - Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía nenhum passivo financeiro designado ao valor justo no reconhecimento inicial.

II - Passivos financeiros para negociação

Os passivos financeiros para negociação são os passivos mantidos pela Companhia com o propósito de venda ou recompra no curto prazo, ou que mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado em "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação".

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía passivos financeiros mantidos para negociação.

b) Passivos financeiros a custo amortizado

São os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Estes passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

a) Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado

Em cada data das demonstrações contábeis, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estejam com perda de seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se, e apenas se, existirem evidências objetivas que demonstrem a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoca um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupos de ativos financeiros que podem ser estimados de modo confiável.

b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia em cada data das demonstrações contábeis se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda por redução ao valor recuperável é revertida do demonstração do resultado.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes o UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.9) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgadas em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

continua...



Diário Oficial
Estado de São Paulo

Volume 122 • Número 43
São Paulo, terça-feira, 6 de março de 2012

Página 2

Imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Imprensaoficial
Autoridade Certificadora
Oficial do Estado de São Paulo

CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

documento
assinado
digitalmente

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



2.10) Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico e diluído. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferenças entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.11) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração, o tipo de transação.

a) Rendas de Créditos Recebíveis

As receitas de créditos recebíveis são reconhecidas no resultado pelos recebimentos de valores de operações de créditos recebíveis oriundas de Instituições Financeiras, efetuadas de acordo com a Resolução no 2.686 de 26 de janeiro de 2000, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

b) Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação preexistente em controlada, ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito em receber o pagamento é estabelecido. Os dividendos recebidos dessa controlada são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

2.12) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

De acordo com a Medida Provisória no 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não têm efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, como parte integrante da Organização Bradesco, tem estrutura de gerenciamento de riscos que permite que estes sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de modo integrado, envolvendo a Alta Administração, quando necessário.

3.1) Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Nível 2

Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos principalmente de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3

Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais. Essas estimativas e julgamentos contábeis referem-se basicamente ao seguinte item:

Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Determinados ativos, como outros intangíveis e investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 5 - Fundo de Investimentos Financeiros;

Nota 7 - Ativos financeiros mantidos para negociação.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota 16b - Contingências.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	12	658
Fundos de Investimentos Financeiros (2).....	870.120	797.467
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	870.132	798.125
(1) Refere-se a depósito bancário à vista.		
(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou empresas a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A., no montante de R\$ 870.120 (2010 - R\$ 797.467).		

6) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTO A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Empréstimos e Adiantamento a Instituições de Crédito no montante de R\$ 718.671 em 2010 refere-se a operações compromissadas com lastros em Debêntures.

7) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Ativos Financeiros para Negociação, referem-se a Letras Financeiras, à taxa de 105% do CDI, com vencimento em 17/01/2013, montante de R\$ 775.011. Estes ativos são classificados na categoria de ativos financeiros para negociação, enquadradas no nível 1.

8) CRÉDITOS RECEBÍVEIS

a) Movimentação dos créditos recebíveis

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Saldo Inicial.....	-	270
Entradas.....	980	404
Baixas por Recebimento.....	(9.303)	(1.922)
Reversão de Provisões.....	8.551	1.248
Provisão para Perda.....	(228)	-
Saldo Final.....	-	-
- Créditos Recebíveis.....	249.307	257.630
- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(249.307)	(257.630)

b) Resultado de Créditos Recebíveis

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Recuperação de Crédito.....	11.180	13.391
Reversão de provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa.....	8.551	1.248
Perdas com Títulos e Créditos.....	(5.050)	(1.019)
Total.....	14.681	13.620

A carteira de créditos recebíveis é composta substancialmente por créditos vencidos a mais de 360 dias, as quais as perspectivas de realização são remotas e foram efetuadas as provisões necessárias.

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social em Ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Ordinárias.....	430.311.119	430.311.119
Total.....	430.311.119	430.311.119

2.10) Patrimônio Líquido

b) Reservas de Lucros

Reservas de lucros.....

- Reserva legal (1).....

- Reserva estatutária (2).....

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão asseguradas juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária.

Os cálculos dos Dividendos relativos aos exercícios de 2011 e 2010 estão demonstrados a seguir:

	2011	% (1)	2010	% (1)
Lucro Líquido do Exercício.....	120.056		94.825	
Reserva Legal.....	(6.003)		(4.741)	
Base de Cálculo.....	114.053		90.084	
Dividendos Propostos.....	1.141	1,0	901	1,0

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo, não houve pagamento de dividendos em 2011 e 2010.

10) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Rendimento de aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros.....	92.684	37.633
Rendimento de Operações Compromissadas com Lastro em Debêntures.....	3.179	63.802
Rendimento de aplicações financeiras em CDB.....	-	36.256
Rendimento de aplicações financeiras em Letras Financeiras.....	81.111	-
Juros Ativos.....	31	347
Juros Passivos.....	-	(261)
Total.....	177.005	137.777

11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
PIS.....	1.224	984
COFINS.....	7.531	6.057
Impostos e Taxas.....	1	5
Total.....	8.756	7.046

12) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Serviços Prestados por Terceiros.....	29	510
Contribuição Sindical Patronal.....	39	17
Custas Judiciais.....	175	38
Doações e Patrocínios.....	350	880
Editais e Publicações.....	176	162
Outras.....	10	10
Total.....	779	1.617

13) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Alienação de Bens de Dação.....	400	7
Provisão para Perda.....	228	-
Total.....	628	7

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, e as transações estão assim representadas:

	2011		2010	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.....	12	-	658	-
Empréstimos e Adiantamento a Instituições de Crédito:				
Banco Bradesco S.A.....	-	-	718.671	63.802
Ativos Financeiros para Negociação:				
Banco Bradesco S.A.....	775.011	84.290	-	-
Dividendos a Pagar:				
Banco Boavista Interatlântico S.A.....	(276)	-	(193)	-
Bradesplan Participações Ltda.....	(6.649)	-	(6.649)	-
Serel Participações em Imóveis S.A.....	(38.738)	-	(37.681)	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social).....	181.523	142.730
Encargos totais do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(61.718)	(48.528)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas e provisões inadmissíveis de receitas não tributáveis.....	(119)	(294)
Outros.....	370	917
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(61.467)	(47.905)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(40.946)	(32.985)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	(2.814)	(399)
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social.....	(4.687)	(3.844)
Prejuízo fiscal.....	(13.020)	(10.677)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(61.467)	(47.905)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2010	Constituição	Realização	2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	21.449	-	2.830	18.619
Outras provisões.....	26	42	26	42
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	21.475	42	2.856	18.661
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.....	26.164	-	17.707	8.457
Total dos créditos tributários.....	47.639	42	20.563	27.118

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro				
	2011	2010			
Prejuízo					
Diferenças Temporárias	Fiscal e Base Negativa				
Imposto de Renda	Contribuição Social	Total			
2012.....	4.566	1.645	6.219	2.238	14.668
2013.....	4.573	1.646	-	-	6.219
2014.....	4.575	1.647	-	-	6.222
2015.....	6	3	-	-	9
Total.....	13.720	4.941	6.219	2.238	27.118

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 25.937 (2010 - R\$ 45.374), sendo R\$ 17.639 (2010 - R\$ 20.206) de diferenças temporárias e R\$ 8.298 (2010 - R\$ 25.168) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

e) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar referem-se, basicamente, ao imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 14.630 (2010 - R\$ 2.420).

f) Impostos e Contribuições a Recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 4.409 (2010 - R\$ 3.145), referem-se ao PIS no montante de R\$ 109 (2010 - R\$ 98), Collins no montante de R\$ 669 (2010 - R\$ 603), Imposto de Renda Pessoa Jurídica no montante de R\$ 2.640 (2010 - R\$ 2.103) e da Contribuição Social no montante em R\$ 991 (2010 - R\$ 341).

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A empresa em 31 de dezembro de 2011, 2010, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

c) Devido às características da Companhia, não há componentes de outros resultados abrangentes.

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Cia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Cia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a

KPMG

KPMG Auditores Independentes

CRC 25P014428/O-6

Zenko Nakassato

Contador CRC 1SP 160769/O-0

André Dala Pola

Contador CRC 1SP 214007/O-0

São Paulo, 15 de fevereiro de 2012

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarmos necessários.

Cidade de Deus, 15 de fevereiro de 2012.

Diretoria

	2011	2010
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	1.674.665	1.541.471
Empréstimos e Adiantamento a Instituições de Crédito (Nota 6)	870.132	798.125
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 7)	-	718.671
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15e)	775.011	-
Créditos Tributários (Nota 15c)	14.283	2.420
Valores a Receber	14.668	22.250
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo	14.111	25.939
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15e)	14.111	25.939
Créditos Tributários (Nota 15c)	347	25.389
Depósitos Judiciais	12.450	25.389
Créditos Recebíveis (Nota 8a)	110	110
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 8a)	249.307	257.630
Outros Créditos	(249.307)	(257.630)
TOTAL	1.688.776	1.567.410

	2011	2010
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE		
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 15f)	50.195	47.744
Dividendos a Pagar (Nota 9c)	4.409	3.145
Outras Obrigações	45.663	44.523
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.638.581	1.519.666
Capital Social:		
De Domiciliados no País (Nota 9a)	1.028.459	1.028.459
Reservas de Lucros (Nota 9b)	610.122	491.207
TOTAL	1.688.776	1.567.410

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	2011	2010
RECEITAS OPERACIONAIS			
Receitas de Créditos Recebíveis (Nota 8b)	191.686	151.400	
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 10)	14.681	13.620	
Outras Receitas Operacionais	177.005	137.777	
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas Tributárias (Nota 11)	16.163	8.670	
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 12)	7.956	7.946	
Outras Despesas Operacionais (Nota 13)	779	1.617	
RESULTADO ANTES DA IMUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	181.923	142.730	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15a)	(61.467)	(47.905)	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	120.456	94.825	
Número de ações	430.311	430.311	
Lucro Líquido básico e diluído por lote de mil ações em R\$	279,00	220,36	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	2011	2010
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	181.523	142.730	
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(19.763)	(14.722)	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.551)	(1.248)	
Receita/Despesa de Juros	(11.212)	(13.474)	
Lucro Líquido Ajustado	161.760	128.006	
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros para Negociação	(56.340)	451.552	
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(23.156)	(7.592)	
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações	9	1.053	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(10.286)	(20.269)	
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais	72.007	552.752	
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	72.007	552.752	
Início do Período	798.125	245.373	
Fim do Período	870.132	798.125	
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	72.007	552.752	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Totais
	Legal	Reserva	Acumulados	
Saldo em 31.12.2009	1.028.459	29.828	367.455	1.425.742
Lucro Líquido do Exercício	-	-	94.825	94.825
Destinações - Reservas:	-	4.741	89.183	(93.924)
- Dividendos Propostos (R\$ 2,09 por lote de mil ações)	-	-	(901)	(901)
Saldo em 31.12.2010	1.028.459	34.569	456.638	1.519.666
Lucro Líquido do Exercício	-	-	120.556	120.556
Destinações - Reservas:	-	6.003	112.912	(118.915)
- Dividendos Propostos (R\$ 2,65 por lote de mil ações)	-	-	(1.141)	(1.141)
Saldo em 31.12.2011	1.028.459	40.572	569.550	1.638.581

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Exercícios findos em 31 de dezembro					
2011	%		2010	%	
19.836	10,4		14.642	9,7	
8.656	4,5		1.248	0,8	
11.180	5,9		13.391	8,9	
-	-		3	-	
(6.019)	(3,2)		(2.620)	(1,7)	
(378)	(0,2)		(672)	(0,4)	
(5.641)	(3,0)		(1.948)	(1,3)	
13.817	7,2		12.022	8,0	
13.817	7,2		12.022	8,0	
177.005	92,8		138.038	92,0	
177.005	92,8		138.038	92,0	
190.822	100,0		150.060	100,0	
190.822	100,0		150.060	100,0	
70.261	36,8		54.967	36,6	
70.261	36,8		54.967	36,6	
-	-		17	-	
505	0,3		268	0,2	
120.056	62,9		94.825	63,2	
1.141	0,6		901	0,6	
118.915	62,3		93.924	62,6	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

1) INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi é uma companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil controladas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias. A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2012.

2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, sendo:

- Ativos financeiros mantidos para negociação, vide nota 7.
- Fundos de investimentos financeiros, vide nota 5.
- A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme nota 4.

2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis foram preparadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação e estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados para operações de seus compromissos de curto prazo.

2.4) Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado subdividido em: mantidos para negociação e destinados ao valor justo por meio do resultado; disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

1- Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

II - Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociar no curto prazo, ou que a Companhia mantêm como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são adquiridos com o propósito de serem ativos a frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em mantidos até o vencimento ou para negociação para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação, e são mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada no resultado abrangente é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais e contabilizados subsequentemente pelo método amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento.

d) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo e que a Companhia não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

Os créditos e recebíveis oriundos de operações de securitização, são inicialmente registrados ao seu custo de aquisição, sendo mantidos sem qualquer atualização. Por ocasião do recebimento de qualquer parcela dos créditos adquiridos, esta é deduzida do custo de aquisição até o limite do mesmo; e o eventual valor excedente é reconhecido como resultado. Os custos de transação são reconhecidos no resultado.

Juros sobre empréstimos e recebíveis são incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil dos empréstimos e adiantamentos e é reconhecida na demonstração do resultado, como perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos.

2.5) Passivos financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado

São registrados e avaliados ao valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Esses passivos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros mantidos para negociação.

1- Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía nenhum passivo financeiro designado ao valor justo no reconhecimento inicial.

II - Passivos financeiros mantidos para negociação

Os passivos financeiros para negociação são os passivos mantidos pela Companhia com o propósito de vender ou recompra no curto prazo, ou que mantêm como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os passivos para negociação são inicialmente registrados ao custo de aquisição e são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado. As mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado em "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação".

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía passivos financeiros mantidos para negociação.

a) Passivos financeiros a custo amortizado

São os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Esses passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de obrigações subordinadas.

2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado disponível, o valor justo é determinado com base em cotações de distribuidores, modelos de deflatores de preço, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Em cada data das demonstrações contábeis, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estejam com perda de valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se, e apenas se, existirem evidências objetivas que demonstrem a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoque um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que podem ser estimados de modo confiável.

b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia em cada data das demonstrações contábeis se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se, em um determinado período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda por redução ao valor recuperável é revertida da demonstração do resultado.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativo e ativos incluídos com vida indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de fluxo contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ativo, o montante do grupo apurado em uma combinação de negócios é alocado a UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é observado. Essa alocação reflete o menor nível no qual é alocado a UGC para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ativo alocado a UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução de UGC (ou grupo de UGCs) de forma pró-rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ação não é revertida. Quando outros ativos, as perdas de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.9) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com as critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação das obrigações decorrentes por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de saída é provável, são divulgados nas notas explicativas;

- **Provisões:** são constituídas levando em conta o opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a completude e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- **Passivos Contingentes:** é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência corrente não é confirmada pela ocorrência ou não de um evento futuro e incerto que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações decorrentes de passivos contingentes são provisionadas e nem divulgadas;

- **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.10) Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico e diluído. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, considerando a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferenças entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

b) Dividendos a pagar

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é reconhecida como passivo das demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.11) Reconhecimento da Receita

A receita é reconhecida o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de transação.

a) Rendas de Créditos Recebíveis

A receita de créditos recebíveis são reconhecida no resultado pelas recebimentos de valores de operações de créditos recebíveis oriundas de Instituições Financeiras, efetuadas de acordo com a Resolução nº 2.586 de 26 de janeiro de 2000, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

b) Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos decorrentes de operações de hedge sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 15%. Foram contabilizadas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

Rendimentos de investimentos em hedge são reconhecidos no resultado de hedge que são reconhecidos em hedge que são reconhecidos no resultado em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros de caixa. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito em receber o pagamento é estabelecido. Os dividendos recebidos dessa controlada são registrados por equivalência com o resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

2.12) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 15%. Foram contabilizadas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

Rendimentos de investimentos em hedge são reconhecidos no resultado de hedge que são reconhecidos em hedge que são reconhecidos no resultado em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros de caixa. A receita de dividendos é recon

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



b) Resultado de Créditos Recebíveis

	2011	2010
Recuperação de Crédito.....	11.180	13.391
Reversão de provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa.....	8.551	1.248
Pêndas com Títulos e Créditos.....	(5.050)	(1.019)
Total.....	14.681	13.620

A carteira de créditos recebíveis é composta substancialmente por créditos vencidos a mais de 360 dias, os quais as perspectivas de realização são remotas e foram efetuadas as provisões necessárias.

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social em Ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	2011	2010
Ordinárias.....	430.311.119	430.311.119
Total.....	430.311.119	430.311.119

b) Reservas de Lucros

	2011	2010
Reservas de lucros.....	610.122	491.207
- Reserva legal (1).....	40.572	34.599
- Reserva estatutária (2).....	569.550	456.638

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos e

(2) Pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária.

Os cálculos dos Dividendos relativos aos exercícios de 2011 e 2010 estão demonstrados da seguir:

	2011	% (1)	2010	% (1)
Lucro Líquido do Exercício.....	120.056		94.825	
Reserva Legal.....	(8.003)		(4.741)	
Base de Cálculo.....	114.053		90.084	
Dividendos Propostos.....	1.141	1,0	901	1,0

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo, não houve pagamento de dividendos em 2011 e 2010.

10) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	2011	2010
Rendimento de aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros.....	92.684	37.633
Rendimento de Operações Compromissadas com Lastro em Debêntures.....	3.179	63.802
Rendimento de aplicações financeiras em CDB.....	-	36.256
Rendimento de aplicações financeiras em Letras Financeiras.....	81.111	-
Juros Ativos.....	31	347
Juros Passivos.....	-	(261)
Total.....	177.005	137.777

11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2011	2010
PIS.....	1.224	984
COFINS.....	7.531	6.057
Impostos e Taxas.....	1	5
Total.....	8.756	7.046

12) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2011	2010
Serviços Prestados por Terceiros.....	29	510
Contribuição Sindical Patronal.....	39	17
Custas Judiciais.....	175	38
Doações e Patrocínios.....	350	880
Ediais e Publicações.....	176	162
Outras.....	10	1.617
Total.....	779	1.617

13) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2011	2010
Alienação de Bens de Dação.....	400	7
Provisão para Perda.....	228	7
Total.....	628	14

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, e as transações estão assim representadas:

	2011	2010
Ativos (Passivos).....	Ativos (Passivos).....	Ativos (Passivos).....
Caixa e Equivalentes de Caixa:		
Banco Bradesco S.A.....	12	658
Empréstimos e Adiantamento a Instituições de Crédito:		
Banco Bradesco S.A.....	775.011	84.290
Dividendos a Pagar:		
Banco Bradesco S.A.....	(276)	(193)
Banco Bradesco S.A.....	(6.449)	(6.449)
Bridgespart Participações Ltda.....	(38.738)	(37.681)
Ativos Financeiros por Negociação:		
Banco Bradesco S.A.....	-	-
Banco Bradesco S.A.....	-	-
Banco Bradesco S.A.....	-	-
Remuneração do pessoal-chave da Administração		
A empresa é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.		

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social).....	181.523
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(61.718)
Resultado das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	
Despesas e provisões indutíveis de receitas não tributáveis.....	(119)
Outros.....	370
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(61.467)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro
Exercícios findos em 31 de dezembro	2011
Impostos correntes:	
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(40.946)
Impostos diferidos:	
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	(2.814)
Utilização de saldos iniciais de:	
Base negativa de contribuição social.....	(4.687)
Prejuízo fiscal.....	(13.020)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(61.467)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Exercícios findos em 31 de dezembro
Exercícios findos em 31 de dezembro	2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	21.449
Outras provisões.....	26
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	21.475
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.....	26.164
Total dos créditos tributários.....	47.639

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro
Exercícios findos em 31 de dezembro	2011
Prejuízo	
Diferenças Temporárias	
Imposto de Renda	4.568
Contribuição Social	1.645
Fiscal e Base Negativa	6.219
Total	2.238
2012	4.575
2013	1.647
2014	1.647
2015	3
Total	13.720

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 25.937 (2010 - R\$ 45.374), sendo R\$ 17.639 (2010 - R\$ 20.206) de diferenças temporárias e R\$ 8.298 (2010 - R\$ 25.168) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

e) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar referem-se, basicamente, ao imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 14.630 (2010 - R\$ 2.420).

f) Impostos e Contribuições a Recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 4.409 (2010 - R\$ 3.145), referem-se ao PIS no montante de R\$ 109 (2010 - R\$ 98), Cofins no montante de R\$ 669 (2010 - R\$ 603), Imposto de Renda Pessoa Jurídica no montante de R\$ 2.640 (2010 - R\$ 2.103) e da Contribuição Social no montante de R\$ 981 (2010 - R\$ 341).

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A empresa em 31 de dezembro de 2011, 2010, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevante.

c) Devido às características da Companhia, não há componentes de outros resultados abrangentes.

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 27 de janeiro de 2011, que não contém qualquer modificação.



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Zenke Nakassato

Contador CRC 1SP 160769/O-0

André Dala Pola

Contador CRC 1SP 214007/O-2



O encontro do 'pequeno satã' com o 'grande satã'

'O vínculo entre EUA e Israel é indestrutível', garante Obama.

Buscando afastar a possibilidade de um ataque prematuro de Israel contra o Irã, o presidente Barack Obama tentou garantir ontem ao primeiro-ministro Benjamin Netanyahu que os Estados Unidos sempre apoiarão Israel, mas disse que ainda há tempo para a diplomacia.

Ambos se reuniram na Casa Branca, e a expectativa era que Obama manifestasse divergências frente ao premiê, mostrando-se contra um ataque que considera perigoso, que poderia suscitar represálias no mundo muçulmano.

No entanto, em uma das reuniões mais proveitosas entre líderes norte-americano e israelense em anos, ambos buscaram enfatizar a excelência das relações bilaterais.

"O vínculo entre nossos dois países é indestrutível", afirmou Obama. "Os EUA sempre defenderão Israel no que diz respeito à segurança de Israel."

Por sua vez, Netanyahu disse que os EUA e Israel "estão juntos". Segundo ele, o Irã vê os EUA como o "grande satã" e Israel como o "pequeno satã". "Para eles, nós somos vocês e vocês são nós", resumiu.



Para Obama, ainda há uma janela de oportunidade para a diplomacia, mas não descarta nenhuma opção.

Segundo Obama, "tanto o primeiro-ministro como eu preferimos resolver diplomaticamente" a crise em torno do programa nuclear do Irã, acusado de ter como objetivo armas atômicas, embora Teerã garanta ter apenas fins pacíficos.

Mas Obama enfatizou que os EUA, no entanto, não descartam nenhuma opção para

enfrentar a possibilidade de uma bomba nuclear iraniana. Netanyahu destacou que Israel deve se reservar o direito de se defender e garantir que continue como "o dono de seu próprio destino".

A todo vapor - O diretor-geral da agência nuclear da ONU, Yukiya Amano, revelou ontem que o Irã triplicou sua produção

mensal de enriquecimento de urânio de grau elevado, levando a entidade a ter "sérias preocupações" com as atividades atômicas de Teerã.

"Como o Irã não está cooperando, a agência não tem condições... de concluir que todo o material nuclear no Irã está empregado para atividades pacíficas", admitiu. (Agências)



AFP



Refugiados sírios buscam abrigo do outro lado da fronteira, no Líbano.

Bombas voam na Síria. E civis fogem para o Líbano.

Enviados da ONU chegam ao país esta semana

Mais de 2 mil refugiados sírios atravessaram a fronteira com o Líbano em 48 horas, carregando em sacolas plásticas os seus poucos pertences enquanto fogem da repressão do governo. Tropas de Bashar al-Assad ocuparam ontem a cidade de Deraa e, pelo segundo dia seguido, bombardearam Rastan e Al-Qusair, na província de Homs. Isso aconteceu no momento em que enviados da Organização das Nações Unidas (ONU) obtiveram permissão do regime sírio para visitar o país.

A chefe humanitária da ONU, Valerie Amos, viajara a Damasco na quarta-feira,

enquanto o ex-secretário-geral da entidade, Kofi Annan, chegará no sábado.

A China também anunciou o envio de um diplomata à Síria com a intenção de mediar uma solução para o conflito.

O governo do Líbano disse que mais de 10 mil sírios estão atualmente refugiados no país e que milhares chegam a cada dia, fugindo dos confrontos.

"Nós fugimos dos bombardeios e dos ataques", disse Hassana Abu Firas, moradora de Al-Qusair. "As pessoas estão nas suas casas e os soldados atiram nelas com tanques. Quem pode fugir. Quem não pode, morre em casa", afirmou. (Agências)